

**ATA Nº 24**

Aos **trinta dias do mês de Abril** do ano de **dois mil e treze** pelas 14H00 teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do **dia dezanove** do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

**I – Período de Intervenção do Público.**

**II – Período de “Antes da Ordem do Dia”.**

**III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:**

- 1º Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- 2º Alteração da Tabela de Taxas e Licenças;**
- 3º Alteração ao Regulamento de Toponímia e de Numeração de Polícia em Edifícios;**
- 4º Relatório de Gestão e Contas de 2012.**

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alberto Luís de Oliveira Vilas** após constatar a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. A todos os presentes deu as boas vindas, àqueles que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho profícuo para todos.

Estiveram presentes os Srs./Sras, Deputados/as: Alberto Vilas; Mário Rui Oliveira; Paula Natal; Inês Ferreira; Aurélia Correia; Augusto Natal; Elisabete Frade Viana; José Manuel Veríssimo; António Soares Pereira; Cláudia Labrujó; Mário Andrez; José António Nogueira; Luís Amorim; Salustiano de Faria; Margarida Rodrigues; Conceição Pereira; Sebastião Alves; Liliana Lemos Pereira; Francisco Romeu; Fernando Aprício; Augusto Areias; Jorge Gonçalves; Manuel Brito; José Carlos Sousa; Maria Isabel Sousa; António Sousa; Manuel Fernandes; Rui Miguel Ferreira; Mário Cruz; Miguel Abreu; Avelino Fernandes; Manuel Afonso; Manuel Álvaro Gomes e Carlos Natal.

Faltaram os Srs. Deputados/as: Pinto Neves, (do Grupo Municipal do CDS/PP), Jorge Dinis e Dora Ferreira, (do Grupo Municipal do PS), António de Sousa, Presidente da Junta de Gandra, todos sem justificação de falta.

**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

O **Presidente da Mesa** abriu de seguida as inscrições para intervenção no **I Período da Ordem de Trabalhos**.

Inscreveu-se a D<sup>a</sup>. Maria José para pedir esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre a Casa Mortuária de Ganfei.

Começou por dizer que o Sr. Presidente a induziu em erro e faltou à verdade quando lhe disse que a casa mortuária que estava em vias de ser terminada pertencia a Valença. No entanto, deu-se ao trabalho de a ir visitar e reparou que não pertencia a Valença mas sim a Ganfei. Não acha bem para aquelas pessoas que falecem em Valença andarem para trás, para Ganfei e novamente para Valença para serem sepultadas no cemitério. Frisa que todas as freguesias tem casas mortuárias exceto Valença, que depende de uma pequena igreja, a do Senhor dos Esquecidos onde recolhe os

corpos de toda a Cidade.

O **Presidente da Câmara, Drº Jorge Mendes** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por responder à Dª Maria José dizendo-lhe que, relativamente à casa mortuária que está a ser construída na freguesia de Ganfei, a sua utilização é livre, ou seja, são as famílias das pessoas que partem, que decidem para onde vão, ou para Ganfei, para Taião, ou ficar nos Esquecidos. Quanto às outras freguesias, o Sr. Presidente refere que realmente as freguesias também tem magníficas instalações, sendo sempre iniciativa das respetivas juntas de freguesia com o apoio do Município de sessenta mil euros para todas. No caso de Valença, nunca se avançou com essa iniciativa. Continuou dizendo que, a casa mortuária de Ganfei seria para usufruto livre, ou seja, qualquer pessoa pertencente a outra freguesia poderá usá-la. É um espaço que obedece às regras mais atuais para o efeito, nomeadamente na separação que vai haver entre o defunto e as pessoas do velório.

Concluído este período, o **Presidente da Mesa** prosseguiu dando a palavra ao Primeiro Secretário Mário Rui Pinto de Oliveira que, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontra à disposição dos Senhores Deputados, no dia da Sessão, na Mesa, e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

De seguida, o **Presidente da Mesa** segundo as disposições regimentais, submeteu à discussão a Ata nº 23 da última Sessão Ordinária deste órgão. Como não houve inscrições, logo a mesma foi colocada à votação.

Assim, num universo de **30 votantes** verificaram-se: **0 votos contra; 3 abstenções**, dos Srs/as Deputados/as; (Soares Pereira, Liliana Pereira e Conceição Pereira) e, **27votos** a favor: **Aprovada por Maioria a Ata nº23.**

No Período destinado a **Propostas Moções e Recomendações**, como nada foi presente à mesa, o **Presidente da Mesa**, usou a palavra para apresentar verbalmente um voto de pesar pela Sra D. Maria Glória Gomes Veloso, falecida a seis de Março, Mãe do Sr. Deputado Luís Amorim, pedindo a todos um minuto de silêncio.

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.

### INTERVENÇÕES POLÍTICAS E INTERPOLAÇÕES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

#### **Intervieram:**

A **Sra Deputada Cláudia Labrujó** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por solicitar resposta do Sr. Presidente da Câmara às questões que tinha colocado na última Sessão e que ficaram sem resposta da sua parte. Nomeadamente sobre o terreno em frente ao restaurante “Zé Maria”, que diligências foram tomadas a essa parte, não só referente às placas que voltaram a ser colocadas na vedação mas também, tapar todo aquele buraco lá existente. Refere também as obras do pavilhão da zona das escolas se já estão concluídas, assim como está a fluir o trânsito naquela zona. Referente à questão que foi colocada pelo público, relativamente às casas mortuárias, Valença foi Vila, hoje é Cidade e para a Sra Deputada, merece ter uma casa mortuária no centro da Cidade e não ter de transladar os Valencianos para as freguesias. Deixou um alerta, para que tomassem providências, por uma questão de segurança e de estado social, no sentido de junto das autoridades competentes fazerem uma ronda na fonte de Sá, de onde chegaram informações que está a haver consumo e tráfego de drogas especialmente à noite. Assim como, a poluição no Rio Minho por um cano de esgoto com saída da zona da alfândega em direção ao Rio

Minho junto da ecopista, seria uma situação para os serviços de obras fazerem uma fiscalização.

**A Sra Deputada Elisabete Viana** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, referiu o passado dia doze, quando o Executivo Camarário, prestou homenagem a todos os que a partir de 1976 exerceram a missão de Presidente de Junta. Para a Sra Deputada, foram momentos de convívio, alegria, e satisfação para todos os que desinteressadamente serviram as suas terras. Fez referência a uma frase de um dos presentes, com noventa anos, quando dizia “ainda bem que alguém se lembrou de nós”, uma vez que naquele tempo não era tarefa fácil ser Presidente de Junta, dependiam a cem por cento da Câmara, não havia fundo financeiro, nem protocolos e muitos tinham de adiantar o dinheiro do seu bolso para fazerem obras. Por tudo isto agradeceu ao Sr. Presidente, dizendo que era sempre bom ver o esforço de cada um ser recompensado com palavras e gestos.

De seguida referiu-se à casa mortuária que tinha sido anteriormente referenciada no que diz respeito ao montante de setenta e cinco mil euros que a Câmara contribui para todas as casas mortuárias nas freguesias. Nesse contexto, a Sra Deputada congratulou-se na medida em que, no tempo em que construiu a capela mortuária na sua freguesia entre 2000/2001 a Câmara atribuiu-lhe quinze mil euros, sendo a população e a Junta de Freguesia a juntar o resto do dinheiro. Concluiu com a seguinte frase: “Bem aja Sr. Presidente da Câmara em ajudar os Presidentes de Junta a construírem as suas capelas, porque nós, Junta de Arão sofremos muito para a pagar”.

**O Sr. Deputado Augusto Natal** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se tinha conhecimento ou se recebeu informação sobre a providência cautelar entreposta por uma pessoa da sua freguesia à Junta de Freguesia de Cristelo Covo e à Câmara de Valença. O Sr. Deputado referiu que foi solicitado por advogados de Valença e que, no seu ponto de vista são bons advogados principalmente nos trabalhos que realizam em direito administrativo, para se apresentar no seu gabinete. Continuou dizendo que, deram-lhe uma boa notícia, tendo já em seu poder o processo 179/12 dessa providência cautelar que foi revogada dando razão à Junta de Cristelo Covo e à Câmara de Valença.

**O Sr. Deputado Fernando Aprício** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, para agradecer à Câmara Municipal pela assinatura de um protocolo de cedência da antiga escola primária de Gondomil por um período de vinte anos. Este protocolo irá permitir à Associação e entidades que possam usufruir daquele espaço para dinamizar as suas atividades culturais envolvendo gentes da freguesia. Agradeceu também a forma empenhada como a Câmara tem ajudado a Junta de Gondomil na realização de determinadas obras.

**O Sr. Deputado Francisco Romeu** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, iniciou a sua intervenção focando a feira gastronómica “Sabores da Aldeia” que se realizou no fim de semana de doze a catorze de Abril na Coroadá. Teve a colaboração das Juntas de Freguesia e Associações do Concelho que mostraram o rico património gastronómico tradicional, sendo uma ótima oportunidade para as pessoas fazerem o seu roteiro gastronómico. Para o Sr. Deputado a iniciativa foi um êxito o que deve continuar. Sobre o passeio BTT do Monte do Faro, o Sr. Deputado referiu que, na sua segunda edição houve uma participação de cerca de duzentos ciclistas e cinquenta a pé, evento este que visou promover a prática desportiva e a beleza natural do Monte do Faro que é um dos locais mais emblemáticos de Valença e que deve ter continuidade sendo apoiado pela Câmara Municipal.

Quanto à casa mortuária de Ganfei, o Sr. Deputado referiu que, quando estiver concluída falará sobre ela, nesta fase que se encontra em obra convidou toda a gente para lá passarem para conhecerem a obra, que na sua opinião é das casas mortuárias mais dignas do Distrito de Viana do Castelo.

**A Sra Deputada Inês Ferreira** após as saudações protocolares dirigidas a todos os

presentes, começou a sua intervenção, dando louvor à Câmara Municipal de Valença por todas as iniciativas que tem levado a cabo, no sentido de envolver as Associações e Coletividades dando a visibilidade que merecem pelo esforço voluntário e gracioso dos seus membros, abarcando também todos os munícipes que aderem com entusiasmo. Referiu-se particularmente aos “Sabores da Aldeia”, como já foi referido, que permitiram de novo manter vivas as tradições que constituem as marcas identitárias num tempo em que o processo de globalização teima em diluir. Para a Sra Deputada é da responsabilidade de todos cuidar e proteger os traços que definem o ser coletivo, a identidade nacional e local, uma vez que, foram anos de descaracterização deste concelho. Assim, congratula-se com o caminho que tem vindo a ser percorrido procurando particularidades que distinguem dos restantes Municípios. Por outro lado, referiu o espetáculo tributo “Zeca Afonso” no passado dia vinte e quatro no contexto Eurocidade, foi mais um momento de particular beleza artística mantendo o poeta e músico vivo na memória coletiva, revelado nas canções interpretadas quer pela escola de S. Pedro da Torre, quer pela banda Serve Music e o Coro da Academia Fernandes Fão. Mais uma vez o auditório de Tui se encheu, constatando-se qual atual e necessária se mantêm a mensagem deixada por esse poeta e compositor na sua irreverência e intervenção social, forma fantástica de comemorar os ideais de Abril. A Sra Deputada concluiu dizendo que, só quem não tem assistido a espetáculos como este e outros, em anos anteriores, poderá continuar a apostar em sessões solenes para o próprio ouvir.

**A Sra Deputada Aurélia Correia** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por felicitar o atual Executivo pela atribuição do prémio Desporto Galego 2012. É um reconhecimento que valoriza a dinâmica da Eurocidade Valença/Tui e reconhece a promoção prática da atividade física e desportiva do Município. Saudou o êxito da iniciativa de recuperar as tradições de cultura popular, neste momento, Valença pode orgulhar-se de celebrar a mais antiga tradição local, dando as boas vindas à primavera e ao novo ano agrícola com as Maias. Foram exposições coletivas que mobilizaram estabelecimentos comerciais, edifícios públicos, associações e coletividades, hotelaria e particulares deram visibilidade, incentivo e dinamização ao comércio tradicional, promovendo um evento que se poderá tornar num atrativo turístico a acrescentar aos restantes recursos e potencialidades possuídas.

**O Sr. Deputado José Manuel Veríssimo** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, referiu dois assuntos com alguma importância para o desenvolvimento económico cultural e social do Concelho de Valença. Um prende-se com a Candidatura da Fortaleza de Valença a Património de interesse cultural para a humanidade que, estava prevista há vários anos. Face ao atraso neste processo, o Executivo decidiu em 2011 avançar com essa candidatura uma vez que o monumento já estava bastante estudado o que facilitou a tarefa do Município. Esta candidatura, tal como a de Elvas, reúne todas as condições para a sua realização.

Esta candidatura embora tenha sido apresentada pelo Município, terá sido o Governo português a levar a candidatura até à UNESCO. Essa classificação seria a concretização de um sonho com vinte anos. Questiona: que expectativas este Executivo tem em relação a este assunto e, para quando a realização deste sonho.

O outro assunto recaí sobre os transportes. Houve uma reunião em Valença entre o Secretário de Estado dos Transportes de Portugal e Espanha para acertarem pormenores da implementação oficial do sistema dos equipamentos eletrónicos de leitura e cobrança de portagens entre os dois países.

Questiona: para quando a concretização deste tema, uma vez que há desconfiança em passar a fronteira, porque não conhecem sistemas de pagamento prejudicando fluxo de turismo entre Espanha e Portugal e se nesta reunião foi discutida a modernização e eletrificação total da ligação ferroviária entre Porto e Vigo. Embora a linha entre Minho e Viana do Castelo tenha sido já prometida para este ano, no entanto, o Governo Português ainda não clarificou em que moldes a

obra irá avançar.

**A Sra Deputada Paula Natal** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, interveio para dizer que, estava muito feliz por ver a marginal da Sra da Cabeça tornar-se em ecopista até S. Pedro da Torre, por até aqui ter sido esquecida.

Realçou o desporto, mais propriamente o Juvalença. É uma associação que está a começar a ter alguma visibilidade. Das muitas que existiam em Valença, a maior parte delas estava esquecida ou adormecida. Referiu também as participações que esta associação teve a nível nacional. Realçou o nome dos delegados da Zona Norte. Endereçou os parabéns a todos os atletas e a todo o Executivo que tem apoiado esta associação.

**O Sr. Deputado Salustiano de Faria** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por referir que, ficou provado nesta Assembleia que esta é a casa da política, mesmo que as pessoas não queiram, os debates políticos devem-se fazer aqui e não noutra local muito menos na praça pública. Na última Assembleia os Deputados da oposição foram insultados quando pessoas com responsabilidade dentro do Executivo foram dizer para o lado de fora que a oposição era uma. Realçou que, cada um faz oposição à sua maneira, desde que seja com educação e respeito.

Depois de todos os relatos que ouviu, referiu que a campanha eleitoral arrancou em pleno, com tantos agradecimentos que foram feitos ao atual Executivo, funcionando assim toda a escolinha estudada.

Referiu-se à Sra Deputada Elisabete Viana quando mencionou o que recebeu para a construção da casa mortuária de Arão. O Sr. Deputado relembra que o tempo não é o mesmo, provavelmente o que recebem agora também não chega. E quanto à casa mortuária de Ganfei, frisou que ele próprio já a visitou e irá lá mais vezes, se possível pelo seu pé, é bom sinal. Não lhe restam dúvidas quando ouve dizer que é uma sala com muita dignidade não estando ainda concluída.

Sobre os eventos em que o Sr. Presidente da Câmara foi tão felicitado, o Sr. Deputado refere que é um socialista que não lhe pega qualquer doença política, sejam organizados por qualquer partido, está sempre presente. As pessoas já se esqueceram que as tasquinhas já foram realizadas na Coroadá, na Fronteira tendo sido um enorme êxito naquela altura, ou as pessoas só vão às festas quando a Câmara é da sua cor política? Referiu que não participou no concerto “Zeca Afonso”, porque continua a pensar que o Vinte e Cinco de Abril deverá ser festejado nos Passos do Concelho, com muita ou pouca gente, não em Espanha. O vinte e cinco de Abril é do povo português devendo ser festejado em Portugal e não em Espanha.

**O Sr. Deputado Mário Andrez** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, questionou o Sr. Presidente da Câmara em relação aos convites enviados aos Presidentes de Juntas de Freguesia depois do Vinte e Cinco de Abril, qual foi o motivo de não convidarem o primeiro Presidente da Junta após o Vinte e Cinco de Abril na freguesia de Taião.

**O Sr. Deputado Luís Amorim** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por agradecer o voto de pesar manifestado em memória da sua Mãe, assim como a presença de alguns colegas Deputados que no momento se associaram ao ato doloroso.

Seguidamente, alertou o Sr. Presidente da Câmara para o possível encerramento da escola e jardim de infância de Gandra e jardim de infância de Fontoura. Recordou que já no passado ano letivo houve o encerramento da escola EB1 de Fontoura, espera, estarem a tempo, para através do Executivo e da Assembleia Municipal manifestarem um repúdio à DREN por tal questão. Sendo o Concelho de Valença detentor de uma carta educativa, é um desrespeito a esse documento, aprovado em Assembleia Municipal, assim como existe um Conselho Municipal de Educação, presidido pelo Sr. Presidente da Câmara, e, ao que me consta até ao momento nunca reuniu. Nesse contexto, em seu entender deveria ter convocado uma reunião desse Conselho para ouvir os conselheiros sobre tal situação, e, reforçar a posição da autarquia que me parece ser contra!

Pois, senhor Presidente, neste momento, são estas que estão anunciadas, mas talvez no início do próximo ano letivo, seja já anunciado o encerramento da de Ganfei. Continuou dizendo que deveriam estar atentos a tal situação, caso contrário está-se a contribuir para a desertificação das freguesias. A terminar questionou, para onde vão os alunos? Será que os Centros Escolares alternativos têm capacidade para albergar todos os alunos?

**O Sr. Presidente da Câmara**, começou por responder à última intervenção referente às escolas, informando o Sr. Deputado que o conhecimento do encerramento das escolas não foi no início do ano letivo. Houve uma reunião com os pais da EB1 de Fontoura durante o mês de Maio quando se estava a tentar ainda junto da DREN manter essa escola aberta. O Governo anterior definiu o limite de alunos sendo vinte e um, e a escola não os tinha nem conseguia ter.

Para este ano letivo, houve uma proposta da DREN no sentido de encerrar o jardim de infância de Fontoura e levar os alunos para Gandra e de encerrar a EB1 de Gandra e levar os alunos para Valença. A resposta do Município a essa proposta foi negativa, até porque a proposta não é exequível, uma vez que o jardim de Gandra só tem uma sala.

Depois de várias reuniões e diligências tomadas, o jardim de infância de Fontoura mantém-se aberto, se por acaso vier algum dia a encerrar, os alunos irão para Passos e não para Gandra. Quanto ao encerramento da EB1 de Gandra encerrar e irem para Valença, não é possível, não há condições nem de transporte nem de recetividade dos alunos no Centro escolar de Valença. A DREN já foi informada desta decisão e das dificuldades de transporte para esse trajeto.

A escola de Gandra em princípio ficará tal como está, não há previsões para encerramento, embora a última decisão será sempre da DREN.

Relativamente ao pessoal não docente, o Sr. Presidente referiu que não está de acordo com o contrato que a Câmara fez com a DREN, no entanto não se pode renunciar de ânimo leve dado que o rácio do pessoal do concelho ultrapassa o rácio do ministério, implicando que um terço dos funcionários poderia ir para a mobilidades especial.

Quanto ao convite, o Sr. Presidente refere que enviaram os convites a todos as pessoas cujos os elementos fazem parte dos dados de Arquivo Municipal, ou seja das atas de instalação que se encontram no Arquivo Municipal, havendo o cuidado de ver se as pessoas não tinham falecido. Esse senhor não faz parte da Ata de instalação, que se encontra no Arquivo Municipal.

Em relação ao terreno em frente ao Restaurante “Zé Maria”, aquele terreno é privado, pertence ao Grupo Espírito Santo que tinha um pedido de viabilidade para a instalação de um hospital privado. A Câmara não pode fazer muito mais a não ser notifica-los por causa da vedação.

Quanto às obras do pavilhão, estão quase prontas, neste momento se está a avançar com uma fase que inicialmente não estava prevista, o pavilhão de cima, irá levar um piso novo para ficar preparado sobretudo para o hóquei em patins.

Em relação à Fonte de Sá, esse problema está identificado, já há algum tempo tem tido acompanhamento inclusivamente já foi uma pessoa presa, segundo informação das autoridades.

Em relação à alfândega está lá um tubo para drenagem de águas pluviais que por vezes leva saneamento. Havia outro tubo que já foi resolvido há algum tempo.

Em relação à providência cautelar, o Sr. Presidente referiu que também tinha conhecimento, que foi indeferida, em que foi dada razão à Junta de Freguesia.

Para concluir, abordando um pouco do resto que foi mencionado, referiu que o atual Executivo há três anos atrás, decidiu seguir dois eixos de ação, um deles, foi da promoção dos valores e das tradições da cultura das aldeias que teria de ser sempre feito em articulação com as coletividades e associações e o outro, é que isso teria de contribuir para a promoção turística. O que é fato é que ao longo deste tempo os eventos que tem sido realizados tem duplo cariz. Com o êxito maior ou menor que se lhe reconhece, quer na gastronomia quer nos restantes dos eventos, assim como a aproximação ao Rio Minho permite que Valença seja referência em algumas dessas áreas.

De referir além dos sabores da aldeia, os sabores da lampreia à uns meses atrás, não era propriamente a imagem de marca de Valença, hoje em dia é a referência de Valença e não de Monção.

Quanto à reunião com os Srs. Secretários de Estado dos Transportes de Portugal e Espanha, foram tomadas duas decisões importantes. Uma delas ficou acordado que todos os Espanhóis que sejam clientes da Nova Caixa Galiza e do dispositivo Espanhol poderão usar o aparelho na via verde em Portugal. Até ao final de Maio, todos os clientes dos bancos Espanhóis podem usar também o deles cá e até ao final de Julho todos os Espanhóis que tenham o aparelho podem usá-lo cá, independentemente se são ou não clientes dos bancos. Assim como a via verde portuguesa vai poder ser usada em Espanha a partir de Outubro.

Em relação à linha de caminho de ferro, estão previstas algumas alterações que se irão verificar na linha Porto/Vigo, nomeadamente ter o mesmo maquinista, quem entra em Vigo sai no Porto e quem entra no Porto sai em Vigo, bem como as carruagens, provavelmente irão circular carruagens que neste momento não circulam que vão permitir a melhoria dos tempos. Este ano há cinco milhões para o estudo de eletrificação de toda a linha. A primeira fase será Nine/Viana, seguem-se Viana /Valença, e Tui/Guilharei, em Espanha. Está bem encaminhado, no entanto é preciso aguardar pelo próximo quadro comunitário de apoio.

### III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”, COM OS SEGUINTE PONTOS:

#### 1º PONTO – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

##### **Intervieram:**

**O Sr. Deputado Carlos Natal** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela eleição do cargo de Presidente e, ao mesmo tempo perguntou se na última Assembleia, como não esteve presente, houve uma alteração do Regimento. Continua dizendo que, desde que participa na Assembleia, no Período antes da Ordem do Dia sempre interveio como Deputado independente. Só queria saber se foi o Regimento que foi alterado ou se é interpretação do Sr. Presidente da Mesa. De seguida elogiou a Câmara pelo fato de ter cedido transporte a um grupo de pessoas, de famílias e amigos que esteve em representação do Concelho no programa “Preço Certo”, para o Sr. Deputado é de louvar. No entanto, referiu que aquando do problema das urgências a população também foi ao programa “Prós e Contras” e o autocarro da Câmara ficou no estaleiro, não houve cedência de transporte para ninguém.

**O Sr. Deputado Álvaro Gomes** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, logo de início referiu que somente pretendia citar algo que também já tinha sido citado anteriormente.

O primeiro ponto, tem a ver com as Comemorações do Vinte e Cinco de Abril, que não as houve, e, no seu entender deveriam-se efetuar nos Paços do Concelho, embora, ao arrepio do que outros Deputados pensam, entende que as Comemorações são livres e são para quem a elas quiser assistir, como acontece na maior parte dos Concelhos. O que não aconteceu em Valença. Havendo uma pré-comemoração decidiram fazê-la em Tui, o que leva a pensar por esta ordem de ideias, que o dia da Constituição Espanhola, irá ser comemorado em Valença. Assim, espera ver cá o Presidente da Câmara de Tui.

Mais uma vez, chamou a atenção do Sr. Presidente da Câmara, relativamente à sinalética das escolas, em que, ficou escrito em Ata o seguinte, passo a transcrever na íntegra: “A sinalética lá colocada resultou de uma reunião entre a Câmara e a GNR. Inclusivé algumas questões surgiram no

âmbito do Conselho Municipal de Segurança”. O Sr. Deputado refere que deixou de ser Presidente da Assembleia há quatro meses. Por inerência fazia parte desse Conselho Municipal de Segurança e, durante o ano de 2012 não foi convocado. A não ser que houvesse reunião para tratar desse assunto e não tivesse sido convocado, em 2011 também não foi. Supostamente terá sido um pouco ao arrepio de alguma coisa que desconhece e, por inerência no Conselho de Segurança, deveria conhecer.

Deixou também uma chamada de atenção referente ao trânsito nas escolas, por nos últimos tempos ter sido mais fácil lá passar e estacionar. Possivelmente será pela ausência dos tapumes que desapareceram das obras do pavilhão. Resumindo, refere que quando há obras que ocupam metade da faixa de rodagem e ainda lhe põe uma linha contínua no meio dessa mesma faixa de rodagem, diminui o estacionamento, e quem quiser circular nessa via é obrigado a pisar o risco contínuo. Os tapumes saíram, já há mais espaço para estacionar e circular. E tantas vezes se chamou a atenção nesta Assembleia e de nada valeu, porque as multas continuaram a ser passadas.

Ainda relativamente à sinalética, o que lhe causa bastante impressão realmente já foi explicado pelo Sr. Presidente da Câmara que uma das placas saiu de lá porque alguém a deteriorou, no entanto, ainda não foi outra para esse lugar tal como o Sr. Presidente referiu, talvez já não faça tanta falta, pois a polícia já não anda tanto por lá, terá acalmado um pouco. De qualquer forma, realça a chamada de atenção, sobre a linha amarela pintada na curva da parte da secundária, não está no desenho que acompanha o Portal do Município e aquela curva, não proíbe lá o estacionamento, está lá a mais.

Felicitou ainda, algumas atividades, nomeadamente a festa das tasquinhas na Coroada, não entende é porque esteve parada dois anos e só agora voltou a ser feita novamente. Havendo outras coisas que este Executivo pode fazer e que deixou de o fazer, nomeadamente a festa do bacalhau.

Agradeceu a prontidão com que após a chamada de atenção da falta de resposta do Executivo para a falta de colocação de saibro no estacionamento do centro de Saúde, foi executado. Aproveitando o momento, referiu que o Centro de Saúde voltou a fazer mais um pedido por ofício, que no fundo foi feito através da ULSAM. Se haveria hipótese de o Município fornecer o alcatrão para cobrir as partes que vão melhorar no estacionamento. Espera que dentro de algum tempo obtenha a resposta nesse sentido, quer seja negativa ou positiva.

**O Sr. Presidente da Assembleia**, aproveitou logo de seguida, o momento para dar resposta ao Sr. Deputado Carlos Natal. Em primeiro lugar agradeceu-lhe o elogio pelo fato de ter sido eleito Presidente da Assembleia. Frisou que, isso só aconteceu por dois motivos, o primeiro porque o anterior Presidente renunciou ao mandato e o segundo porque os Srs. Deputados votaram na sua pessoa. Em relação à questão dos Deputados independentes não poderem intervir no Período Antes da Ordem do dia, tem a ver com o Regimento. Chamou a atenção para a leitura do artº 35, nº 2, daí os independentes não terem direito a intervenção nem nunca o tiveram. Se alguma vez o fizeram, foi ao arrepio do regimento, no entanto o Regimento é para cumprir.

**A Sra Deputada Cláudia Labrujó** só para solicitar um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente a três processos. Ao 522/06, 346/13.8 e o 742/13.

**A Sra Deputada Liliana Pereira** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, a sua intervenção focou-se em duas situações. A primeira tem a ver com a situação anárquica do largo da Lua de Mel que se vem mantendo ao longo de muitos anos, no entanto tem conhecimento que está a decorrer a elaboração de um estudo prévio em relação a esta situação. Espera que esse estudo não fique só por estudo mas, que se avance para a sua concretização, sendo uma situação de má imagem para Valença.

Em segundo lugar, para felicitar o Executivo pela realização do evento “Sabores da Aldeia”, como já foi referido também por Deputados antecessores, pela forte adesão. Na opinião da Sra Deputada deveria-se manter um evento, dar-lhe um nome próprio, criando isso como uma imagem



de marca e referência para Valença. Há muitos eventos em Valença que todos os anos são diferentes e que no fundo são sempre iguais, nenhum é grande como deveria ser.

**A Sra Deputada Inês Ferreira**, interveio para em primeiro lugar dizer que, quem tem estado atento às intervenções da Sra Deputada, desde o primeiro ano do mandato do atual Executivo que tem elogiado as iniciativas que são apoiadas não só em termos financeiros como também em termos logísticos de todas as associações e coletividades. Esse elogio é feito não só em nome das associações mas também em nome pessoal, uma vez que sentiu no anterior mandato o que é não ter apoio, pior, o que é ter boicote. Relativamente à informação prestada pela Câmara referente às empreitadas dos projetos em curso, reparou que está ser efetuada uma intervenção na Estrada Nacional 13 entre a Repsol e o Gat. Questiona: Tendo esta estrada sido alvo de uma intervenção há muito pouco tempo, qual foi a razão para se voltar a mexer nela e qual o custo dessa intervenção. Por outro lado, refere-se à também citada intervenção no cemitério, quer a nível de espaço interior quer exterior, o que vai ser efetuado.

Refere-se novamente aos mandatos anteriores, nomeadamente à construção do edifício para albergar a Escola Superior de Ciências Empresariais, que nunca mais arrancava, não passava de quase a certeza de entrar no Pidac a nível nacional, era só ilusão. Neste momento, realça que, há já muita movimentação na Quinta da Mota, neste contexto, questiona o Sr. Presidente da Câmara como está a situação desse projeto e, como se encontra a nível de financiamento.

Para finalizar, cita que, desde o Vinte e Cinco de Abril todas as pessoas podem opinar, dando as suas opiniões, mesmo sendo diferentes, isto para dizer que, continua a achar que lembrar o Zeca Afonso, seja em que território for, mesmo sendo na Galiza onde era tão amado pode ser feito sem problema algum. O Rio Minho deve unir e não separar. Esteve presente em muitas comemorações de Abril nos Paços do Concelho, sendo uns discursos dignos mas que, a população de Valença não assistia, nem sequer à colocação de uma coroa na rua Vinte e Cinco de Abril, havendo sempre o problema de faltar alguma coisa, ou o prego, ou o escadote. Esta, é a forma de comemorar fantástica para levar às gerações mais novas a mensagem de Abril.

**A Sra Deputada Aurélia Correia** simplesmente para dizer que, vê em Valença várias remodelações, no entanto, também gostaria de ver e não vê o que na sua juventude havia, agora não há. Continua dizendo que cresceu e viveu junto ao edifício do cinema Teatro Valenciano, entristecendo-a bastante em ver aquele edifício em ruínas, que foi construído em 1876. Questionou: A Câmara não pensa em intervir na sua remodelação? Vai continuar a servir de pombal?

**O Sr. Deputado Salustiano de Faria**, referiu-se à intervenção da Sra Deputada Inês Ferreira, sobre a questão do Pidac, e sobre ilusões em que se vivia, como a própria referiu. Relembrou que a Deputada Inês, entrou para a política devido à amizade que tinha com o Dr. Campos Ferreira, na altura em que ele se candidatou à Câmara de Valença. Continua dizendo que, na altura da campanha o Dr. Campos Ferreira prometeu mundos e fundos, inclusivamente a escola Superior para Valença. Não foi eleito, no entanto conseguiu um lugar de Deputado. A primeira coisa que fez na Assembleia da República foi precisamente juntar-se à equipa do PSD e colocarem a escola fora do Pidac. Portanto, se a escola Superior foi retirada do Pidac foi pelo PSD e pela mão de um Deputado que foi eleito pelos votos de muitos Valencianos, sublinhou, que fique bem claro.

Em relação à eletrificação da linha do Minho, como foi referida anteriormente, o Sr. Deputado lembra que essa eletrificação já foi prometida por um Ministro do PSD no ano de oitenta e cinco. De seguida alertou o Sr. Presidente da Câmara para um sinal junto ao Mercado Municipal, seria conveniente no sinal serem pintadas duas setas para os dois sentidos, devido às multas que todas as quartas feiras lá se passam. Quanto aos documentos referentes às empreitadas, refere o que fala no alargamento da iluminação, que no momento está a ser feito um estudo com a EDP a nível do Concelho. Na sua opinião não é uma boa medida, na altura em que a luz é cortada durante a noite, seria preferível que em vez de ter oito candeeiros ligados seguidos, valia mais ter

metade, e que houvesse iluminação pública toda a noite. Referindo-se novamente à casa mortuária de Ganfei, e como já o tinha dito, com muitas boas condições e instalações, no entanto, acha que, conforme o que lhe foi explicado, é degradante aquele mesmo local ser também para uso de sala de catequese, no mesmo espaço que as pessoas estão a ser veladas.

No geral, refere-se a anteriores intervenções que pelo entusiasmo que o fazem podendo vir a arrepender-se no futuro, porque, quer o Sr. Presidente da Câmara, quer o Sr. Presidente da Junta de Cristelo Covo, puseram em causa os advogados do passado, quando dizem que, agora finalmente há bons advogados para defender as causas. Questiona, e os do passado não eram bons?

De seguida referiu-se ao orador que felicitou a Câmara quando cedeu transporte para o programa “O Preço Certo”. O Sr. Deputado foi totalmente contra, repudia essa postura. Comenta que, se a moda pega, a Câmara não faz mais nada se não por os autocarros à disposição de amigos e aposentados para este tipo de passeio, quando a Câmara tem por vezes dificuldades em atribuir transporte para determinados pedidos. Pelo que viu na televisão, essas pessoas tinham boas condições monetárias para irem com o seu próprio dinheiro e não com o do erário público, neste contexto, qualquer dia a Câmara põe mais uma taxa de lixo ou de água para pagar este tipo de transporte.

**O Sr. Deputado Luís Amorim** começou por dizer que, como o Sr. Presidente já frisou, o Executivo discordou com a proposta da DREN, no entanto, o Sr. Deputado recordou, porque não ouvir o Conselho Municipal de Segurança.

Referente aos projetos em curso, já foi frisada a intervenção que está a decorrer na Av. Miguel Dantas, devido a problemas com o pavimento, recordou também que a Av. Tito Fontes está a ter os mesmos problemas, nomeadamente em volta das caixas de saneamento. Se na Av. Miguel Dantas foi usada a garantia, porque não usa-la também na Av. Tito Fontes?

Por último, referenciou as obras da Quinta da Mota, dizendo que lhe causava uma certa confusão da maneira como a obra estava a ser executada. Como será possível primeiro fazerem-se os arruamento e estacionamento e só depois a obra em si. Como é que as máquinas vão depois trabalhar? Vão danificar o que está a ser feito agora? É uma maneira difícil de entender esta interpretação do projeto de obra, normalmente costuma ser ao contrário.

**O Sr. Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção, começando por responder ao assunto do “Preço Certo”. Referiu que o atual Executivo não fez mais do que os anteriores, que também já tinha concedido transporte às Freguesias de Ganfei e outra. Mas, estes pedidos vão à reunião de Câmara, e o transporte só foi concedido quando houve a certeza de que estas pessoas foram selecionadas para a primeira fila. E não foi por acaso que, no programa “Preço Certo” foi feito uma promoção gratuita para Valença dos Sabores da Lampreia, por conhecimento de alguém de S. Pedro com o Fernando Mendes. E, falando de eventos, o Sr. Presidente refere que aprende-se sempre e quando não está bem, corrige-se. Quanto aos Sabores da Aldeia, já vão na terceira edição, sendo a melhor sem dúvida a deste ano na Coroada, encontrou-se o figurino. Foi uma grande fonte de rendimento para todas as coletividades que apoiaram e para o comércio local. Foi criado um logótipo para todos os eventos gastronómicos criados em Valença que será sempre, “Sabores.....de qualquer coisa” com o mesmo formato.

Em relação à Av. Miguel Dantas, o Sr. Presidente refere que fizeram o que é difícil, mas o que tem de ser feito, isto é, se o empreiteiro não fizesse a obra a garantia seria acionada, chegou a ser enviada uma carta a dizer isso mesmo, no entanto, não fez falta porque a obra foi efetuada. No caso da Av. Tito Fontes, já foi corrigida uma caixa, há mais duas que estão em fase de trabalhos, que a empresa também vai fazer o que tem de ser feito.

Em relação à Quinta da Mota, o Sr. Presidente diz que não há nenhum problema, uma vez que a movimentação de máquinas para a seguinte fase é feita por cima, pela Urgeira, não terá qualquer impacto no resto. Está numa fase bastante avançada, estando prevista a sua conclusão

para breve, com um parque de lazer e desporto, e um anfiteatro ao ar livre para trezentas pessoas. Simultaneamente junto da EDP conseguiu-se fazer um enterramento de uma linha de média tensão assim como outra ao lado do Centro de Saúde. Também no campo da feira irão lá ser colocadas quatro torres de iluminação e arrancar todos os candeeiros que apresentam mal estado de conservação e muitos problemas elétricos.

Em relação aos processos mencionados, o 522/2006 é um processo do Carlos José Fernandes que tem a ver com a construção dos Bairros Sociais em Cerdal. Este processo é complicado já se venceu a questão numa primeira fase, já recorreram que tem a ver com o facto de haver autorização para construção de um bairro em Bogim e depois foram construídos dois, um em Bogim outro em Passos, alegando o empreiteiro que houve trabalhos a mais nesse valor, como não teve razão, tem de se chegar a um acordo. O processo das Águas do Noroeste tem a ver com os projetos que as Águas do Noroeste realizaram para saneamento e abastecimento em baixa em 2008, que inicialmente os Municípios iam pagar vinte e cinco por cento. O Município de Valença ganhou a injunção, agora avançaram com a ação principalmente.

No caso de Mercado, há um diferendo com a Senhora desse processo (D. Lúcia). Quando as bancas foram demolidas, ficou lá o espaço para a sua banca, descobriu-se que nunca pagou aluguer de banca, não se entende porquê durante muitos anos. No entanto fez uma exigência, queria ter a banca fechada para deixar lá os produtos dia e noite. A Câmara não pode assegurar isso, a banca é de por e tirar. Foram-lhe oferecidas várias alternativas que não aceitou, inclusivamente de uma loja, assim como também tem de pagar. Para já ainda não há qualquer acordo.

Em relação à Lua de Mel, o Sr. Presidente informou que fecharam um acordo para aquisição da parcela lá existente à venda já há algum tempo, com 1100 m<sup>2</sup> por um valor sensato, para a partir daí se poder fazer alguma coisa em termos. Irá tentar-se chegar a acordo com os condomínios dos dois edifícios quer da Lua de Mel quer do Manuel Temporão para ser usada a mesma rampa para os dois edifícios. No terreno mais a obra serão gastos entre duzentos a cinquenta a trezentos mil euros nos próximos tempos. Numa primeira fase a Câmara irá limpar o terreno e tapar os buracos e depois se houver algum fundo comunitário para apoiar avançar-se-á para a obra.

Quanto ao cemitério, já vem sendo um desígnio de todos os executivos e, ninguém executa o que pretende, ficando sempre pelas intenções. Na opinião do Sr. Presidente não é fácil mexer no cemitério. No entanto, irá ter duas intervenções, uma exterior que vai implicar a construção do muro rústico desde a esquina do cemitério até ao paredão de cimento e a rampa para viaturas vai desaparecer ficando acesso pedonal, assim como a descida que faz esquinas com as moradias também vai desaparecer por ser perigosa. Interiormente, ir-se-á fazer a drenagem das águas pluviais o que implica arrancar as sebes, para bordear os cantões a granito o que poderá danificar as sepulturas que estão ali perto. Já foi feito um edital para aquelas sepulturas com ar de abandono e o facto é que, de muitas apareceu o proprietário. A partir daqui, quer a Câmara quer os proprietários irão dar um retoque em algumas campas.

Na segunda ronda de intervenções, o **Sr. Deputado Carlos Natal**, interveio novamente para replicar a interpretação do Presidente da Mesa em relação ao regimento. Na sua própria interpretação em nenhum momento o artº 35 diz que um Deputado independente não pode intervir no Período Antes da Ordem do Dia. O Presidente da Mesa referiu que isso nunca aconteceu e se aconteceu foi à revelia da Assembleia. O Sr. Deputado referiu que nessa altura o Sr. Presidente era primeiro secretário da Mesa e sempre o autorizaram a intervir neste período, como se pode constatar nas referidas atas. Assim considerou que fosse uma interpretação da Mesa e não do Regimento.

Relativamente à questão do “Preço Certo”, este é um programa, o Sr. Deputado só se referiu a esse programa para ver se o Sr. Presidente da Câmara dava alguma explicação ou justificava o facto de o autocarro na altura do programa “Prós e Contras” ter ficado no estaleiro quando foi

solicitado para transportar a população, quanto a isto não ouviu nenhuma explicação.

De seguida o **Presidente da Mesa**, explicou que lhe parecia haver alguma divergência em relação ao Regimento. Voltou a referir o que o regimento refere concretamente, parecendo lhe clara e objetiva. Explica que, como os Srs. Deputados não foram eleitos independentemente, como por exemplo a CDU, foram eleitos num Grupo Municipal, passando depois à condição de independentes, sendo nessa posição de independentes que não foram eleitos por lista nem em qualquer Grupo Municipal. Por conseguinte a interpretação que se fez é que se noutras Sessões usaram a palavra foi com a simpatia do Presidente e da Mesa e todos os outros elementos, no entanto, julga ter presente que pelo menos uma vez, foi-lhe impedida o uso da palavra de acordo com o conteúdo do referido artigo. De qualquer maneira haverá oportunidade de verificar nas Atas anteriores se houve ou não utilização da palavra.

**O Sr. Deputado Álvaro Gomes** dando continuidade à sua anterior intervenção usou da palavra simplesmente para colocar uma questão. Há dois anos e meio, no Verão de dois mil e dez, sugeriu a possibilidade da colocação de um toldo para proteção do sol e da chuva na escola Primária de Valença. O recreio é feito no sintético, onde concentra muito calor, sendo propício a vários tipos de doenças. Foi para estudo do Sr. Presidente e da Sra Vereadora. No entanto a resposta que obteve, foi negativa pelo facto de chegarem à conclusão de ser caro.

Aguardou também resposta a algumas questões que colocou ao Sr. Presidente da Câmara e este não as deu, talvez pelo facto de o tempo se ter esgotado.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou novamente a palavra para responder a algumas questões que ficaram por responder na primeira ronda.

Começou então pela questão dos toldos na escola, dizendo que, o Município não tem só uma escola e todas as escolas tem o problema do Sol, não podendo colocar toldos em todas elas, uma vez que são toldos de grandes dimensões. Refere que ele próprio quando andou na escola também andava ao Sol. Explicou que na escola de Friestas a situação é bem pior, as crianças não tem mesmo onde brincar, ou ficam na sala de aula ou vem para o Sol, felizmente que, atualmente tem o piso sintético, antigamente era em terra, bastante pior, assim como na escola de Passos, o recreio é em cubo. Resumiu dizendo que na Escola da vila, o toldo não podia ser colocado na entrada principal, é a única entrada que há para um carro dos bombeiros se fizer falta não se podendo colocar o toldo daquela dimensão tapando a entrada.

Em relação ao pedido que o Sr. Deputado fez para o Centro de Saúde, a resposta do Sr. Presidente da Câmara foi negativa, explicando que, a ULSAM se quiser fazer obras, tem de as custear, uma vez que esta é custeada pelo Ministério da Saúde, por conseguinte é o Governo que tem de fazer a obra e não a Câmara.

Em relação às comemorações do Vinte e Cinco de Abril, este não foi comemorado em Tui, houve sim um espetáculo musical em homenagem ao Zeca Afonso em Tui, estiveram lá cerca de quatrocentos Valencianos que ficaram maravilhados com o espetáculo. Parece-lhe hipocrisia serem apologistas da Eurocidade e depois fazer-se tudo do lado de Valença. Na sua opinião tem de se dividir os eventos entre Valença e Tui.

Em relação ao desporto, apraz-lhe registar o envolvimento das populações nalguns desportos mais radicais, como por exemplo o BTT do Monte do Faro, pela segunda edição consecutiva, em que a Câmara apoiou e que teve o êxito de assinalar, assim como a previsão do BTT Eurocidade que se ultrapassem os setecentos e cinquenta participantes.

## 2º PONTO – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS

**Intervieram:**

**O Sr. Deputado Álvaro Gomes** começou por dizer que, independentemente do benefício que aparentemente se conclui, mantêm-se o preço de todas e algumas até baixarão. Como não foi

presente a tabela atual, fica um pouco difícil fazer a comparação entre as duas. De qualquer forma, analisando também a declaração de voto do Vereador Drº José Luís Serra, o Sr. Deputado refere que tais palavras também já foram dele há quase dois anos, quando a subida da água e, neste momento continua a dizer que não concorda com qualquer aumento de taxas, uma vez que já existem muitos aumentos de impostos, taxas e taxinhas IMIS, IRS etc... Contudo, parece-lhe que, nada tem baixado por parte do Município que tem um certo desafogo económico. Continua a dizer que, tudo o que for para aumentar taxas irá sempre votar contra.

**O Sr. Deputado Carlos Natal** iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente às taxas, assim como já o fez noutra Sessão anterior, referiu que lhe parecia um assunto sério demais para ser tratado da forma como é, na Assembleia. Deixou um alerta, se estas taxas estão para serem aprovadas, questionou, quantos Deputados estão elucidados nesta matéria, nos valores anteriores, para compararem com aquilo que vão aprovar, se vão-se manter, se vão aumentar ou se vão diminuir. O Sr. Deputado refere que na última vez de votação de taxas, votou a favor considerando que havia bom senso, no entanto, veio a provar-se que não havia bom senso, porque pelos vistos as taxas vão diminuir. Provavelmente foram postas exageradamente altas e, se naquela altura houvesse a capacidade de verificar o que estava antes, àquilo que é proposto agora, teriam discutido aquelas taxas que tinham aumentado mais. Continua dizendo que estão na mesma posição, nesta circunstância votou contra porque não aprova taxas da forma como estão a ser propostas à Assembleia.

**A Sra Deputada Cláudia Labrujó** para dizer que, relativamente às taxas, não podia deixar de concordar com a intervenção do Deputado antecessor. Frisou que tentou mas, não conseguiu fazer uma comparação com a tabela anterior e chegar a um valor em concreto nos novos valores. Por outro lado, frisou que havia algumas situações que se prendem com a constitucionalidade, nomeadamente ponto 3, pelo facto de reportar para um de Janeiro de dois mil e treze. Relativamente ao ponto 2, frisou também que, cita um decreto de Lei que julgou se refere ao ambiente e não a taxas que é o 179/99 e não o 169/99 como deveria ser, há uma falha de redação que pode provocar nulidade do documento. Continuou referindo-se às isenções. Citou que não estavam de acordo que essa tomada de decisão possa ser feita só pela Câmara Municipal. Continuou dizendo que, tais isenções deverão passar sempre pela Assembleia Municipal.

**O Sra Deputada Liliana Pereira** começou por dizer que, relativamente a este ponto tem a apontar alguns comentários, nomeadamente no que diz respeito aos serviços administrativos. Referiu-se a algumas taxas exorbitantes, como por exemplo, nas fotocópias e na realização de leilões em lugares públicos sem fins lucrativos que deveriam ser gratuitos. Citou que aporta algum desconforto a retroatividade das alterações a um de Janeiro, porém como as taxas e tabelas não podem ser votadas individualmente, sendo uma votação geral, e porque lhes pareceu que não divergem muito das fixadas, votaram favoravelmente.

**A Sra Deputada Elisabete Viana** interveio para, em nome do seu Grupo Municipal questionar o Sr. Presidente da Câmara o porquê desta alteração, uma vez que as taxas foram aprovadas praticamente há um ano e meio.

**O Sr. Deputado José Manuel Veríssimo** começou por dizer que foi por Edital Nº 11 de dois mil e treze que a Câmara de Valença submeteu à discussão pública a primeira alteração à tabela das taxas e licenças que se encontrava para consulta no site de Autarquia, cujo Portal também apresenta a antiga tabela no qual pôde comparar facilmente com as agora apresentadas. A discussão pública decorreu durante trinta dias, cumprindo também as diretrizes do regime Geral das Taxas e das Autarquias Locais.

A aprovação do novo regime geral das taxas das Autarquias Locais impôs algum rigor em tal domínio, fazendo com que as Autarquias Locais sejam obrigadas a fundamentar devidamente as suas taxas aumentando assim a transparência o rigor e a atividade local. No entanto, as taxas

municipais não podem ser justificadas somente do ponto de vista económico, fatores políticos, culturais e sociais intrínsecos aos Municípios tem também a sua influência. Continua dizendo que, tendo em consideração a conjuntura económica atual, que comporta graves dificuldades para as empresas em especial o comércio, os novos regulamentos preveem quando a criação das taxas ou alteração do seu valor a fundamentação económico financeira dos quantitativos a cobrar designadamente ao nível dos custos diretos e indiretos, dos encargos financeiros, das amortizações e dos investimentos realizados ou a realizar pelo Município. Este Executivo teve em conta não só a sua realidade específica com vista a persecução do interesse público e à promoção de necessidades sociais, mas também o respeito pelo princípio da proporcionalidade em função da relação direta entre o custo do serviço e a prestação afetiva do mesmo aos particulares sem prejuízo da margem concedida para serem fixadas taxas de incentivo ou desincentivo consoante visem fomentar ou desencorajar a prática de determinados atos ou procedimentos.

Nestes termos, o Sr. Deputado refere que, com exceção das esplanadas e publicidade que sofreram uma redução, a fixação do valor das taxas mantêm-se, verificando-se apenas uma reorganização das tabelas. Pretenderam simplificar procedimentos por forma a melhorar o serviço prestado com respeito pelos princípios da legalidade, igualdade e imparcialidade elaborado de acordo com os princípios consignados designadamente na lei das Autarquias locais, no novo regime das taxas e no código do procedimento administrativo.

Reafirmou novamente os benefícios que da reorganização e simplificação da tabela das taxas e licenças apresentada, sendo uma tabela simples que pode ser revista mais facilmente, requer menos informação contabilística nessa revisão.

Em conclusão, para dizer que o Grupo Municipal do PSD votou favorável à alteração da tabela de taxas e licenças.

**O Sr. Deputado Salustiano de Faria** começou por dizer que, vê-se pela extensa explanação do Deputado Veríssimo que não é tão fácil assim, a interpretação do novo regulamento.

Referiu que, ao Grupo Municipal do Partido Socialista é-lhe muito difícil entender o efeito dos retroativos a partir de Janeiro. Na sua opinião, foi pena o Sr. Presidente da Câmara não ter dado uma resposta de início, à pergunta direta que lhe foi fomentada pela Sra Deputada Elisabete Viana, por conseguinte, o Sr. Deputado remeteu-se à segunda volta para ouvir primeiro a explicação do Sr. Presidente da Câmara sobre este ponto.

**O Sr. Presidente da Câmara** sobre este ponto começou por dizer que, como já foi referido anteriormente o Regime das Taxas das Autarquias Locais está regulado desde dois mil e seis, e a fundamentação das respetivas taxas deveria ter ocorrido o mais tardar até dois mil e onze. Refere que, o atual Executivo cumpriu com dificuldade este tipo de trabalho, feito com pessoas da casa e, que não foi fácil pegar nos valores de taxas existentes na Autarquia e encontrar uma fundamentação de acordo com o que estava prescrito na lei. Reportando-se ao quadro apresentado nos documentos, explica que esta alteração decorre da execução da implementação destas taxas. Em primeiro lugar verificou-se que muitas das disposições que estavam no quadro doze da anterior tabela deviam estar no quadro um, cujo tópico são os serviços administrativos. Foram detetadas algumas dificuldades de compatibilização entre as taxas e o descritivo das taxas anteriores e as novas taxas. Exemplificou com a medida dos toldos, anteriormente eram medidos por frente e não por metro quadrado, estava incutida a lei do arredondamento, sendo incorreto. O outro exemplo tem a ver com a ação tomada pela GNR relativamente às ombreiras e padieiras, não por violar a disposição municipal mas, por colidirem o código da estrada que deve ser respeitado, com alguma razão, os peões não podem ser afetados com alguns obstáculos que estejam no passeio por onde transitam. Continua dizendo que, houve um certo descontentamento por parte dos comerciantes por causa das coimas que a GNR aplicava, havendo necessidade de a Câmara intervir com as entidades locais, nesse sentido, sendo as pessoas aconselhadas a libertar os passeios. No entanto, na anterior

tabela, na primeira versão, as ombreiras e padieiras estão incluídas nas vitrinas e publicidade móvel. Foi criada uma taxa específica para ocupação de via pública fora da fachada dos edifícios, podendo dizer-se que era uma taxa penalizadora, ou seja, quem pretende-se ocupar os passeios ou uma rua, tem de pagar, não podendo ser a mesma taxa para quem só use as ombreiras e padieiras. Para evitar males futuros, essa taxa ficou com o verdadeiro nome, ombreiras e padieiras, algo que não estava no regulamento anterior, mantendo-se a outra para quem pretender ocupar mais do que as ombreiras e padieiras, essa correção foi feita por uma questão de bom senso. Quanto às esplanadas, o Sr. Presidente refere que, em tempos tinham criado um valor para as esplanadas que depois entrou em choque com o regulamento das esplanadas da zona histórica, em que diz que, nesta zona as esplanadas fechadas tem um acréscimo de taxas em 50%, ou seja, no regulamento também há uma taxa para as esplanadas. Isso passou despercebido tanto aos serviços como ao Executivo que ao ser aplicado no sistema o valor da taxa subiu mais 50%, tendo de seguida de se fazer uma correção, parecendo correto fazer um ajustamento em baixa das esplanadas. No anterior Regulamento uma clausula que falava nos dizeres dos toldos, já eliminaram, no caso das exposições da via pública, ombreiras e padieiras, a taxa proposta é doze euros o metro quadrado por ano, não por mês. Quanto à retroatividade, o Sr. Presidente refere que, não se põe inconstitucionalidade porque não há uma penalização, ou seja, neste caso os contribuintes serão beneficiados com as novas taxas, sendo bastante clara a lei.

Na segunda ronda **intervieram:**

**O Sr. Deputado Carlos Natal** que começou por agradecer a “aula” que o Sr. Presidente da Câmara deu relativamente ao apuramento das taxas, mas de referir, o facto de terem aprovado as últimas taxas de uma forma “cega” deu origem às retificações presentes. Continua dizendo que, depois dessa “aula” ter sido muito benéfica para todos, não elucidou ninguém, assim como não teve o à-vontade de elucidar o que realmente se passa com as taxas. Em resumo, o Sr. Deputado refere que em Janeiro ou Fevereiro, a Câmara mandou para os comerciantes um pagamento de esplanadas, publicidade e toldos que os revoltou, isto porque, foram aprovadas taxas exorbitantes. Os comerciantes dirigiram-se à Câmara reclamar, esta tomou a posição e na opinião do Sr. Deputado, bem, suspender o pagamento das taxas, exatamente o que está agora a acontecer. E se alguém lhes perguntar quem pagou as esplanadas, toldos e publicidade vão responder que ninguém, uma vez que a última taxa foi aprovada às “cegas”, por não estar presente o valor anterior, se isso acontecesse não gerava confusão e, esse valor brutal não teria sido aprovado. Relativamente à retroatividade é exatamente para por os comerciantes a pagar aquilo que ainda não pagaram, no entanto, o Sr. Presidente ocultou isso, deveria ter elucidado as pessoas, para todos entenderem o que se estava a passar. O Sr. Deputado continua a revelar que, como não há valores anteriores, na sua opinião vão aprovar valores às “cegas” que eventualmente poderá vir a acontecer o que aconteceu.

**O Sr. Deputado José Manuel Veríssimo** reafirmou novamente a Lei e o artigo que rege as taxas locais. Continuou referindo a mesma intervenção, o mesmo texto, que tinha proferido na primeira intervenção.

**O Sr. Deputado José António Nogueira** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por pedir desculpa pelo seu atraso à Sessão, o qual se deveu a haveres profissionais inadiáveis.

Começou por dizer que, partilha de algumas dúvidas expostas pelos Vereadores Municipais da oposição, nomeadamente quanto à retroatividade da Lei. Depois de ouvir o Sr. Presidente da Câmara percebeu que ele quis dizer que a dita lei só não foi transposta no início do ano porque a Câmara não quis. O Sr. Deputado aproveitou o ensejo para questionar sobre a isenção de taxas da feira do Domingo. Mais uma vez, na opinião do Sr. Deputado as isenções tem de vir à Assembleia e e tal não aconteceu. Diz que algumas das taxas baixaram, o que é bom, dando conta que há mais igualdade, proporcionalidade, assim como mais alguma preocupação com realidade social. Para o

Sr. Deputado, a retroatividade deste regulamento ou desta alteração é inconcebível, já que a Câmara não fez os trabalhos de casa, apresenta-o fora do tempo. No entanto, diz não ser proibida porque os efeitos retroativos melhorem as condições das pessoas. Não obstante, entende que estes efeitos retroativos não deveriam ser aplicados este mês, porque vão contender com cobranças já efetuadas, prejudicando assim as pessoas, limitando-lhes a capacidade de dispor do dinheiro que se lhes reconhece.

Refere que os documentos aludem a um regulamento específico para a zona histórica. Está de acordo. Mas, quando alguém quer anunciar, com uma seta, um restaurante o IPPAR, por norma não autoriza. No entanto, houve autuações efetuadas pela GNR. Neste contexto, o Sr. Deputado questiona o que é que os restaurantes têm de diferente, das que dizem Pousada, porque esta não foi autuada pela GNR pela colocação de placas. O Sr. Deputado gostaria de saber se realmente a Câmara está ou não a passar licenças para indicações de restaurantes, as pessoas querem pagar mas, ao que se consta, é que o IPPAR não autoriza.

Concluiu que contrariamente à posição dos vereadores da oposição, uma vez que há benefício, o Grupo Municipal do PS votou favoravelmente.

**O Sr. Presidente da Câmara**, na segunda ronda começou por dizer que, noventa e nove por cento das taxas apresentadas não sofreram alteração nos valores, sendo simplesmente uma questão da necessidade de reagrupa-las dando-lhes outra estrutura. Continua dizendo que, detetou-se um erro na implementação das novas taxas, desconformidades, entre o que estava aprovado e o que saiu nalguns recibos, devido ao sistema informático. Logo de seguida os comerciantes receberam uma carta a informar que tinha havia um erro e teria de ser retificado. Como não foi possível incluir na ordem de trabalhos da Sessão da Assembleia de Fevereiro, incluiu-se na de Abril, é por isso que tem efeitos retroativos desde Janeiro.

Quanto às placas, o Sr. Presidente refere que a colocação de placas de publicidade, sejam elas quais forem, na zona da Fortaleza e na sua zona de proteção implica parecer prévio da Direção Regional da Cultura do Norte e, todos os restaurantes o tem feito, sem este parecer prévio, a Câmara não pode avançar com o licenciamento de publicidade desse espaço. No caso da Pousada, a pousada tem um licenciamento antigo, foi noutra anterior Executivo, não agora, encontraram-se umas placas metálicas dessa publicidade, que só foram colocadas agora. Concluiu que, corrigiram uma situação que não estava correta e, de resto as taxas mantêm-se.

Quanto à feira do Domingo, o Sr. Presidente refere que o despacho que foi dado, não refere que foi isentada qualquer feira, a competência para definir dias de feira é da Câmara e esta decidiu que havia um domingo por mês para haver feira.

Colocado à votação, num universo de **32 votantes**, registaram-se; **2 votos contra**, **1 abstenção** e **29 a favor**. *Aprovado por Maioria.....*

### **3º PONTO – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TOPONÍMIA E DE NUMERAÇÃO DE POLÍCIA EM EDIFÍCIOS;**

No início do ponto foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar uma explicação do referido ponto antes das intervenções dos Srs. Deputados. Deste modo, o **Sr. Presidente** iniciou a sua intervenção dizendo que esta alteração surgiu no seguimento concreto da proposta que foi feita pela Junta de Valença para a Seara em relação a um beco e um caminho. Seguidamente foi colocado o problema da numeração e números de polícia, que estavam marcados consoante as empresas responsáveis. Assim surgiu a alteração ao Regulamento precisamente para corrigir o que estava mal, ficou pares à direita e ímpares à esquerda.

#### **Intervenção:**

**O Sr. Deputado José António Nogueira**, simplesmente para referir que, tirando os becos



em que esta Câmara Municipal põe as pessoas, o Grupo Municipal do Partido Socialista votou favoravelmente a discriminação dos pares e ímpares à esquerda e à direita.

**O Sr. Presidente da Câmara**, retomou a palavra só para deixar uma chamada de atenção aos Srs. Presidentes de Junta que não tem a toponímia elaborada ou aprovada. Existem becos que não tem saída, deu como exemplo, uma chamada urgente do INEM que possa surgir, um beco pode parecer uma travessa sem que ninguém se aperceba e não tem saída, logo tem de se fazer inversão de marcha o que demora mais tempo. São de evitar estas situações.

Colocado à votação, num universo de **27 votantes**, registaram-se; **0 votos contra, 0 abstenções e 27 a favor.** *Aprovado por Unanimidade*.....

#### 4º PONTO – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2012;

##### **Intervieram:**

**A Sra Deputada Liliana Pereira** referiu que, e paço a transcrever “Na execução Orçamental da Receita o documento ora apresentado aponta para uma taxa de cerca de 72% referente a uma previsão corrigida à volta de 22 milhões e 300 mil €, sustentando-se numa taxa de execução de cerca de 92% das receitas correntes e cerca de 54% das receitas de capital.

Tendo em conta estes dados a receita corrente representará cerca de 64% da execução orçamental, havendo assim uma diminuição de 3% em relação ao período homólogo anterior.

A receita corrente, tendo em conta os números, continuará a não evidenciar uma política estratégica que resulte de novas dinâmicas sociais municipais, embora elas sejam sublinhadas neste documento. Isto porque as alterações se sustentam nas receitas vindas do aumento de taxas e outros contributos tributários, que caminham para um retrocesso do crescimento e desenvolvimento da comunidade. Este alerta, que vimos fazendo desde o início do mandato, traz-nos a conclusão de que é necessário introduzir na Administração Autárquica uma estratégia de melhoria das receitas, com base no crescimento sustentado e não no agravamento tributário.

É preciso que a Administração Local esteja atenta ao limite de impostos lançados sobre os municípios, de modo a serem evitadas ruturas, pois os agentes do nosso concelho vivem numa grande interdependência económica e numa forte dependência externa.

Ora isto só será evitado se as políticas administrativas não continuarem, fundamentalmente, a apostar em receitas vindas de aumentos sucessivos de impostos diretos como, por exemplo, o IMI, IMT e as derramas.

Na execução das despesas corrente e de capital, a verba acumulada de ambas aproxima-se dos 15 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de cerca de 67%.

A parcela com o pessoal representou mais de 30% das despesas, o que melhora este indicador relativamente ao período homólogo anterior. Embora este decréscimo seja mais devido à imposição da Administração Central do que a fundas mudanças estruturais de gestão orgânica, é de salientar positivamente uma variação negativa de cerca de 600 mil €.

As Grandes Opções do Plano para o ano ora apreciado tinham uma dotação de cerca de 13,5 milhões, dos quais foram apenas concretizados cerca de 7,5 milhões, isto é, uma taxa de execução à volta de 55% do previsto. Estas situações levam, como acontece a nível nacional, a um descrédito dos agentes políticos.

É verdade que não seria bom para a opinião pública apresentar um Orçamento muito inferior, mas seria, com certeza, mais realista, sabendo-se, à partida, que não se conseguiria ir a pouco mais de metade da sua concretização, como agora se verifica.

Talvez o Executivo autárquico possa explicar as causas desta concretização ter ficado tão longe do esperado, dado que aqui, neste Órgão Municipal, não faltou o maioritário apoio necessário

para a atingir, se não em pleno, para, pelo menos, ir bastante mais além.

No documento ora apresentado o coeficiente de realização, já atrás citado, distribuiu-se por várias áreas donde sublinhamos cerca de 56% nas Funções Sociais e de cerca de 36% no investimento das Funções Económicas. Porém, talvez não fosse descabido ir pouco mais longe. Também na aposta nas áreas relativas ao Comércio, Turismo e Comunicações, fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho, se deveria ter ambicionado um pouco mais.

Verifica-se o aumento de cerca de um milhão de euros relativamente ao ano anterior, mas que ele se deve fundamentalmente a intenções anteriores, donde se destaca o investimento da requalificação do Centro Histórico, II e III fases.

Uma outra leitura política, que se impõe, prende-se com o facto de as transferências para as Juntas de Freguesia rondarem os 370 mil euros, enquanto as coletividades de vária índole foram apoiadas com cerca de 660 mil euros, isto é, quase o dobro.

De referir ainda que as coletividades desportivas foram subsidiadas em cerca de 200 mil euros, enquanto as sociais se ficaram por perto dos 75 mil.

Apesar de todo o respeito por estas associações e de reconhecer o seu meritório trabalho em prol da comunidade, entendemos que esta distribuição, aceitável noutro momento económico, está em contra-ciclo e revelará, mesmo, alguma insensibilidade social.

Entendemos ser preferível baixar as expectativas e, isso sim, tornar o mais possível exequíveis as promessas políticas no espaço da disponibilidade financeira.

Por esta razão defendemos, ao longo do mandato que se aproxima do seu termo, que este Órgão deliberativo e fiscalizador deve e deverá exigir de qualquer executivo, uma maior contenção nas intenções apresentadas, de modo a credibilizar a função política autárquica.

#### NOTA FINAL

Entendemos que estes documentos, ora propostos para avaliação, indicam para uma gestão autárquica que deu continuidade a projetos anteriores, os quais impedem, de algum modo, a abertura do executivo para novas atitudes e novos projetos.

Sentimos, de certa forma, uma divergência, em vários aspetos, com a estratégia que defendemos ao longo do mandato, nomeadamente sobre a fixação de pessoas, sobre o aumento da coesão económico-social e sobre a preocupação relativa ao ambiente.

Como já dissemos, após a leitura destes documentos, continuamos a entender que os aspetos sociais ficam secundarizados em relação a outros aspetos, como por exemplo o desportivo, todos importantes noutro momento que não este em que vivemos.

Termina-se dizendo que os documentos em apreciação, relativamente a uma apreciação exclusivamente política, não mereceriam em alguns pontos a nossa aprovação.

Porém, pela sua organização técnica, cuja apreciação a Lei prescreve às Assembleias Municipais; pelo julgamento do ROC; e por se verificar algum esforço positivo na inversão tendências, por parte do Executivo, entendemos que estes documentos podem ser aprovados por este Órgão. Por isso iremos votar pela sua **aprovação**”.

**A Sra Deputada Elisabete Viana** começou por dizer que, ao fazerem uma análise ao relatório e gestão de contas de 2012, verifica-se uma gestão com muito rigor não descurando as obras nas nossas freguesias. Congratulou-se com a redução da dívida o que demonstra uma preocupação do executivo com o futuro. Realçou que muitos políticos fazem o investimento e os que vem atrás que se preocupem com o pagamento, felizmente o atual Presidente da Câmara não pensa assim e, até ao momento tem-se preocupado com a dívida do Município. A Sra Deputada agradece pessoalmente o investimento na sua freguesia, obra que era esperada há trinta anos, ainda bem que passou de promessas à sua execução, reportou-se ao saneamento.

**O Sr. Deputado Soares Pereira** após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por felicitar o Presidente da Assembleia assim como a Secretária por serem os

novos elementos da mesa, aproveitando para lhes desejar o melhor desempenho possível nas funções que desempenham.

Continua dizendo que, e passo a transcrever na íntegra, “os documentos de prestação de contas que nos são apresentados refletem com muita clareza o trabalho desenvolvido por esta

Câmara no controlo das contas municipais, alcançado não só com o aumento da receita, mas também, e sobretudo, numa acentuada diminuição da despesa que tem vindo a decrescer de ano para ano.

Não importa referir números, nem percentagens, porque esses elementos estão impecavelmente explicados e sustentados ao longo do relatório disponibilizado. O qual denota também o profissionalismo daqueles que o elaboraram. Aliás, ênfase do relatório de certificação de contas.

Importa sim é fazer uma leitura política dos resultados, e aferir se esses elementos concretizam a execução das previsões orçamentais e o cumprimento das políticas subjacentes, sem descuidar o controlo e o equilíbrio financeiro, obtido na perspetiva da redução da despesa e na ponderação do esforço financeiro exigido ao munícipe.

E não há dúvida que essa é a mensagem que as contas nos transmitem: Um aumento da execução orçamental, quer ao nível dos influxos, quer dos efluxos; Uma diminuição pelo terceiro ano consecutivo da dívida, quer do longo prazo, quer do curto prazo, mas com especial incidência para a de curto prazo, fixando-a, na totalidade, em menos 3,4 milhões de euros do que a do mandato anterior; Uma diminuição da despesa pelo terceiro ano consecutivo (de 12,85 milhões para 11,43 milhões em 2012); Uma diminuição do prazo médio de pagamento de 281 dias em 2009 para 146 dias em 2012; e a manutenção de capacidade de financiamento capaz de satisfazer folgadoamente as necessidades de investimento da autarquia.

É certo que a receita corrente aumentou 6% em relação ao ano anterior (611.000€), e que esse aumento adveio, em parte, dum acréscimo das receitas provenientes do IUC, do IMI, e do IMT. Mas todos sabemos que não se pode afirmar, por isso, que este mandato fica marcado na história de Valença como aquele que mais aumentou os impostos. Isso não corresponde à verdade! Ou melhor... neste mandato não houve aumento de impostos da responsabilidade desta Câmara. Houve sim, uma redução de impostos! A derrama baixou de 1,5% para 0,5% para as empresas com lucros tributáveis inferiores a 150.000€, dando um sinal claro de apoio às empresas com maiores dificuldades, e redistribuindo, neste caso, o esforço contributivo em função do lucro.

As receitas do IUC e do IMT também aumentaram. No primeiro, em virtude da eficiência da máquina fiscal, e no segundo devido à recuperação de benefícios anteriormente concedidos.

Repudiamos por isso a conotação do aumento de impostos com o mandato autárquico em exercício, admitindo contudo a responsabilidade do aumento da taxa de água, elogiando a coragem de quem a tomou e permitiu com isso estancar o caudal de endividamento para o qual, o serviço de fornecimento de água, muito contribuía.

Mesmo assim, aproveito para solicitar ao Sr. Presidente que nos esclareça, na evolução dos custos e perdas, o aumento das transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, assim como o aumento da eletricidade nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE). Pedimos ainda que nos clarifique porque razão não foi possível quantificar o conjunto de operações com a empresa “Águas do Noroeste, SA” referidas na reserva (7) da Certificação Legal de Contas”.

**A Sra Deputada Inês Ferreira** sobre este ponto referiu que, passo a transcrever na íntegra: “A primeira referência que pretendo deixar é a de que se o Orçamento se constitui como um documento estratégico de opções política, o Relatório de Gestão e Contas é reflexo dessas mesmas opções.

Da análise da documentação entregue, a primeira constatação que realço é o aumento das receitas quer correntes quer de capital e mais importante a redução das despesas correntes. Que

mais se pode pedir em termos de saneamento das contas públicas.

Conseguiu-se um superavit entre a receita cobrada e a despesa realizada de 2,3M€.

Quem dera que a administração central tivesse o mesmo desempenho. Neste domínio estamos em contra ciclo com a realidade nacional e ainda bem.

Alcançou-se uma diminuição dos custos de funcionamento. Quem dera que a nível da administração central também se constatasse o mesmo desempenho. Também neste domínio estamos em contra ciclo com a realidade nacional e ainda bem.

A nível da despesa houve uma política de proximidade que fez toda a diferença fazendo com que os municípios sentissem que quem detém o poder não se preocupa unicamente com obras de vulto mas reconhece as necessidades de cada um e procura a resposta mais assertiva, porque próxima. Em três anos, sem reduzir o nível de investimento, ou seja fez-se também obra, foi possível reduzir a dívida a terceiros em cerca de 3,4M€. Verificou-se um aumento na aquisição de bens e serviços, com o aumento das empreitadas em curso... Foram centenas de intervenções em todas as freguesias. E há quem diga que não se faz obra!

Também neste domínio estamos em contra ciclo com a realidade nacional e ainda bem.

A Câmara Municipal de Valença, encontra-se neste momento, menos dependente do exterior (33% de receitas próprias) e segundo a DGAL os pagamentos estão a ser feitos a noventa dias o que permite termos fornecedores que vendem a crédito a esta edilidade não podendo muitas outras autarquias dizer o mesmo.

Quem dera que a nível central se verificasse o mesmo. Também neste domínio estamos em contra ciclo com a realidade nacional e ainda bem.

A execução da receita apresenta um aumento de 6% relativamente ao ano anterior (sendo que a receita de capital aumentou 23% e a receita cobrada bruta 11%)

Relativamente à despesa corrente verificou-se uma redução de 85 mil euros e um aumento da despesa de capital de 405 mil euros.

Quem dera que tivéssemos esta tendência a nível da administração central. De novo estamos em contra ciclo com a realidade nacional, e ainda bem.

Realço ainda, a diminuição da aquisição de bens e serviços, procurando fazer melhor com menos recursos, apesar da redução das transferências da administração central, num esforço coletivo que incluiu políticos, funcionários e coletividades.

Quem dera que a nível da administração central se verificasse o mesmo. De novo estamos em contra ciclo com a realidade nacional, e ainda bem.

Assistiu-se a uma gestão de rigor que permitiu a redução da dívida em mais 1 M€.

O rigor orçamental e respetiva execução permitiram chegar a este ponto. Quem dera que a nível da administração central se verificasse o mesmo. De novo estamos em contra ciclo com a realidade nacional, e ainda bem”.

**O Sr. Deputado José António Nogueira** iniciou a sua intervenção referindo-se ao que a Sra Deputada Inês Ferreira mencionou. Na sua opinião Valença não está em contra-ciclo com a realidade nacional. No entanto, entende que a Sra Deputada tenha tido a necessidade de se demarcar um pouco do Governo e do PSD a nível Nacional, uma vez que este tem levado Portugal por maus caminhos. Relativamente ao índice de execução que o Sr. Presidente refere, que andarás ao redor dos 70%, diz ter ficado surpreendido. Não ficou surpreendido com os benefícios quer para o lado da receita quer para o lado de despesa, tendo sido precisamente o Governo que obrigou à contenção. Repete que quem não faz obra, não gasta. O atual executivo não baixou os impostos, baixou isso, sim, percentualmente. Basta analisar quanto é que esta Câmara cobrou mais a nível de impostos. Percentagem é diferente de dinheiro. A Câmara atual recebeu muito mais de IMI do que no passado e quem paga é sempre o mesmo: o povo. Ter duas reservas preocupa-o muito, é muito grave. Antes de mais nada, deveria-se saber o porquê das reservas. O que foi colocado nos documentos foi com

base em amostragens. Citou o parágrafo dos documentos relacionado com as águas do Noroeste e, neste contexto, disse que gostaria de conhecer quais os valores que estão em causa. Quanto às reservas gostaria, também, de saber qual será a posição do Sr. Presidente da Câmara.

**O Sr. Presidente da Câmara** começou por lembrar que, quando esteve na oposição como vereador, e votava contra nos orçamentos e relatórios de gestão tinha a coragem de elaborar uma declaração de voto que, deixava na reunião de Câmara assim como também passava para a Assembleia Municipal, o porquê da aprovação ou não, para ficar escrito em ata, tal como se pode constatar. O Sr. Presidente refere ainda que, nenhuma declaração de voto foi feita como a última que foi apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista quando questionam o contencioso jurídico da Câmara, não entende de que forma isso afeta os resultados da Câmara, e questiona, será que o contencioso do atual Executivo é diferente do anterior? Continua dizendo que, os dramas que existem vieram do anterior Executivo.

Quanto às águas do Noroeste, refere que não é nenhum drama, se houvesse valores concretos, os auditores teriam um valor e o valor está a ser negociável, o Município não irá ter responsabilidades, uma vez que foi assinado em 2001 o famoso protocolo de Espinho. Não se gasta água, no entanto, e como o Sr. Presidente já mencionou na última Assembleia, a Câmara recebeu a fatura para pagar a água que não gastou, que imediatamente a devolveu e não pagou. Logo a seguir ganhou a injunção e, se não houver acordo com certeza que as dez Câmaras vão para tribunal com as Águas do Noroeste. Quanto ao Ministro Vitor Gaspar, também não concorda com tudo o que ele faz, no entanto questiona, será que ele pode fazer diferente? Partilha da mesma opinião do Vereador Socialista que está ao seu lado nas reuniões de Câmara, quando diz que, o Ministro está a fazer o que tem de ser feito. Também tem consciência que é mau para todos quando se mexe nos ordenados, mas os problemas já vem há muitos anos para cá. Assim como nesta Câmara que, já deveriam ter feito há alguns anos atrás um ajustamento de tarifário, quando se recebia muito dinheiro e pagava-se poucos impostos, principalmente a partir de 2005 não custaria tanto a suportar. Continua a referir que quando chegaram a esta Câmara verificaram que havia três áreas em que se deveria corrigir os défices tarifários, sendo na água e saneamento, no lixo e na piscina municipal, o que de facto, ao ser feito, gerou-se liquidez e com estas taxas mínimas já há uma ajuda para suportar despesas.

No caso da piscina, o custo do seu funcionamento era o dobro do que é no presente. Na sua opinião não foi fácil mandar as pessoas embora, não poderem ir para o quadro mas era impossível passar técnicos superiores de Desporto para os quadros da Câmara, não havia lugares para oito técnicos. Continuou dizendo que conseguiram reduzir os custos com o Município, diminuindo o pessoal, reduziram as horas extraordinárias em 30%, no gasóleo há uma poupança de trinta mil litros por ano. Assim como também houve uma grande poupança de cerca de cem mil euros na EDP, desde que se desliga a luz às duas horas da manhã. O Sr. Presidente tem consciência que ninguém gosta, no entanto diz que, a partir das duas da manhã nas aldeias não anda ninguém na rua. Neste momento, a Câmara de Valença foi a única que foi a concurso internacional, poupou-se vinte mil euros e o fornecedor vai ser a GALP, foi quem ganhou o concurso. Em conclusão, o Sr. Presidente diz que este orçamento, estas contas de gerência resultam de um orçamento de rigor, as correções orçamentais são insignificantes, permitindo ter uma taxa de execução de 70% o que já vem ao longo de três anos, e isso é muito bom, sendo uma gestão transparente.

Houve grande contenção em todos os serviços devido à fase que se atravessa e às novas orientações do Governo, no entanto, há um resultado líquido no valor de um milhão e quinhentos mil euros e um saldo real no valor de dois virgula três milhões de euros, tendo conseguido reduzir a dívida em quatro milhões de euros. O facto é que não esqueceram nem as freguesias, nem dos jovens, nem dos idosos, houve sempre um incremento significativo do apoio social como se pode verificar na página trinta e quatro. O apoio social, não é somente investir em lares e centros de dia,

também é um conjunto de apoios desde a loja social até à CPCJ, recuperação de habitações degradadas etc, onde se apoia quem merece e tem direito a isso. Nesse âmbito, os dados apontam para uma manutenção da situação existente desde 2009, não havendo casos graves. O desemprego é uma situação preocupante, tendo feito tudo para minimizar não só o emprego industrial, onde relativamente está bem, no incremento da atividade comercial e turística que, também depende das empresas do sector. Apesar da conjuntura, o Sr. Presidente refere que o numero de licenças novas de construções desde 2009 até agora aumentou, bem como as grandes superfícies comerciais do Município estão com processos de expansão de atividade, estando já a preparar o futuro, estando outros negócios em perspectiva que poderão ser interessantes, que passam um pouco pela dinâmica da economia portuguesa e pelas expectativas que se possam criar para o futuro. Se se mantiver a tendência de aumentar os apoios à competitividade e ao setor empresarial, pensa que esta região vai ser uma zona que vai captar mais investimento do estrangeiro, nomeadamente porque em Espanha o IRC aumentou e, se baixar o de Portugal, passará a ser um espaço muito convidativo para além da mão de obra, para a instalação de unidades industriais.

Iniciou a segunda ronda o **Sr. Deputado Soares Pereira** dizendo que foi dito por outros Deputados que não questionaram a questão das reservas do relatório da certificação de contas. Continua a dizer que, claro que questionaram, tal qual a reserva indicada com o ponto sete.

Relativamente à diminuição de impostos é óbvio que baixaram e não só em percentagem, referiu o quadro da página dezasseis refere que a derrama desce em relação ao ano passado. Quanto ao IMI cumpriu-lhe dizer que, a Câmara de Valença nada mais pode fazer, já que cobra a taxa mais reduzida que é possível sendo a mais reduzida também do distrito. Sobre a certificação, o Sr. Deputado refere que, também importa que na certificação de contas aludir a opinião do auditor, já que, excetuando reserva do ponto sete e oito, os documentos e as demonstrações financeiras que os integram apresentam de forma verdadeira e apropriada todos os aspetos materialmente relevantes e, a posição financeira do município. Conclui dizendo que sobre este aspeto também não merece qualquer dúvida.

**A Sra Deputada Inês Ferreira** dando continuidade à sua anterior intervenção, começou por dizer que relativamente à reserva em relação às águas do Noroeste, questiona se aparecesse um montante definido, como iria ser interpretado? Relativamente ao aumento de algumas taxas de prestação de serviços, voltou a questionar, o que é que se pode fazer? Se não fossem aumentadas, havia um buraco financeiro, não havia liquidez, como querem obra se as contas públicas da Câmara não estão saneadas? O começo deve ser o sanear.

Relativamente ao demarcar-se do Ministro das Finanças referiu que, não era essa a sua intenção, no entanto, não se importa que digam que se demarcou, é legítimo fazerem a interpretação que entenderem. A Sra Deputada refere que, simplesmente recordou uma declaração aquando da discussão da aprovação do orçamento para 2012, em que acusavam esse orçamento de estar em contra ciclo, é nesse sentido que a Sra Deputada diz, ainda bem que o foi, uma vez que há uma prestação completamente diferente àquela que aparece a nível Nacional. Refere uma outra questão que lhe passou na primeira ronda, é que em 2013 vai haver a possibilidade de extinguir os pagamentos em atraso, porque foi contrato com o Estado Português um empréstimo de um milhão de euros no âmbito do programa de apoio à economia local.

**O Sr. Deputado José António Nogueira** começou por dizer que, iniciava a sua intervenção referindo-se à parte final da Sra Deputada antecessora, questionando que se, estamos tão bem, com tanto dinheiro, então porque é que houve necessidade de aderir ao PAEL para facultarem um milhão de euros? Enfim, segundo refere também o Sr. Presidente da Câmara, até há dois milhões depositados que, embora baixos, também se pagam juros...

Continua dizendo que, como foi anteriormente referido, a derrama baixou, mas para o Sr. Deputado também é claro porque baixou, porque as empresas não produziram e algumas estão a

desaparecer. Aliás, o Sr. Presidente referiu há provavelmente dois anos foram buscar a taxa de derrama a uma empresa que não estavam à espera. Daí, igualmente ser óbvia descida significativa. Relativamente ao que o Sr. Presidente fazia quando era oposição, o Sr. Deputado refere que, nem valeria a pena deixar as suas declarações de votos, isso chegava-lhes na certidão. Menorização da Assembleia Municipal, não lhe admite.

Quanto aos problemas que sempre houve na Câmara: a noção que o Sr. Deputado tem, é que os Executivos do PS nunca empurrou para a frente os problemas, sempre os assumiram e lutaram pela melhoria e condições mais dignas do povo Valenciano e desta linda terra que é Valença. Questionou os investimentos feitos pelo Sr. Presidente, por exp. a CIL, que no projeto Socialista estava envolvida num todo, como prolongamento IC 28, como comboio de alta velocidade, com a plataforma logística e, estava baseada em estudos do Governo que diziam que Valença e Ponte de Lima e outra terra, seriam as vilas, os locais ou Cidades com maior possibilidade de crescimento inclusivamente podendo alguma delas rivalizar com as Capitais do Distrito e agora aparece só uma parte.

Quanto à gestão transparente que o Sr. Presidente referiu, o Sr. Deputado cita algumas passagens como por exemplo, o carro da presidência que veio metido no meio do lixo, a atribuição sem concurso público à segunda empresa depois da primeira falir da obra do gimnodesportivo, a isenção das taxas aos feirantes da feira ao Domingo, sensibilidade social, onde o Sr. Presidente diz que ninguém passa fome, ninguém passa mal, no entanto, até o CDS que o apoiou frisou que a sensibilidade social do atual Executivo camarário era nula, pouca ou coisa nenhuma.

Passando para o relatório, frisou que, não tinha qualquer dúvida que este relatório espelha uma política baseada no aumento de impostos, que resultou num agravamento das condições de vida dos Valencianos, como citam os vereadores da oposição, assim como a título de exemplo que o Sr. Deputado também já apontou, em 2012 a receita do IMI arrecadada pelo Município foi de um milhão, quatro mil euros, tendo-se registado um aumento face a 2011 de trezentos e tal mil euros. Para o Sr. Deputado este mandato ainda ficará marcado na história de Valença como aquele que mais se aumentou os impostos, as taxas, as licenças e os preços dos serviços prestados pelo Município, é por isso que se sentiu na obrigação e necessidade de baixar algumas taxas como se viu na presente Assembleia demonstrando, assim, a insensibilidade do atual Executivo face à grave situação vivida pelos Valencianos. Para o Sr. Deputado, não é uma novidade uma vez que, já esperava por isto, no órgão oficial, (sem desprimor para o seu Diretor) da Câmara Municipal, já lá falava que os Valencianos tinham sido muito poupados aos impostos e que estes tinham baixado. Não é isso que o povo Valenciano sente. É indiscutível: os impostos aumentaram, todos sentiram isso, pedindo a todos o esforço de contenção, mas, também é verdade que nesta Câmara houve mais contenção que no Governo da República. Continua dizendo que falta na documentação o relatório de contencioso jurídico, assim como a lista de processos. Efetivamente há um agravamento do passivo do Município em cerca de um virgula seis milhões de euros, sendo que neste exercício foram assumidos compromissos que transitam para 2013 no valor de quatro, seis milhões de euros. E, finalmente, refere-se a festas e festinhas: é evidente que neste final de mandato e para além das festas e festinhas, não há uma única obra nova que tenha saído de raiz do atual Executivo e, todas elas, se limitaram a cumprir e mal, aquilo que os anteriores Executivos lhes deixou. Concluiu que, este relatório de gestão e contas é o espelho de não fazer do atual Executivo, e para salientar que iriam votar contra.

**O Sr. Presidente da Câmara** na sua intervenção final, começou por responder ao Sr. Deputado cessante dizendo-lhe que, todos os Executivos que entrarem vão terminar as obras dos que saírem. Há obras que demoram muitos anos para serem terminadas, exemplificou com obras na Cidade Nova, Saneamento que ainda falta executar, havendo sítios onde nunca irá passar e, a quarta fase da fortaleza. Relembra que, mesmo em reuniões de Câmara, nunca se referiu ao passado para

não melindrar ninguém, já quem é oposição não faz do mesmo modo, estando sempre a dizer isso. Refere que quando cá chegaram, a rotunda da Av. S. Teotónio estava em início de execução e tinha uma derrapagem orçamental de duzentos mil euros, isto porque, não tinha saneamento, nem muros de contenção era só uma avenida com águas pluviais que estavam no projeto, no final acabou com cem mil euros, todo o resto foi feito pelo pessoal da Câmara. Na segunda fase da Fortaleza, ficaram quinhentos mil euros para pagar, quem pagou foi o atual Executivo. Referenciou também o “paralelepípedo” da Coroadá, dizendo que não se admite gastarem ali naquele “caixote” meio milhão de euros. Quanto ao carro da Câmara que foi mencionado, explica que, fizeram um concurso internacional do lixo e nesse mesmo concurso tudo o que é prestação de serviços inclui uma viatura para fiscalização, foram os primeiros a ter esta ideia no Alto Minho, sem nenhum custo para a Autarquia, o Sr. Presidente estava por dentro do assunto desde que trabalhou no privado. Assim como a máquina de destroçar as podas. Quanto ao pavilhão desportivo citou que houve passagem para o segundo classificado sem concurso, até ficava mal ao Sr. Deputado referir isso, porque quem fez a passagem para o segundo concorrente foi o primeiro chama-se cedência de posição contratual, antes de falir cedeu a obra. A seguir, referiu o que o Sr. Deputado mencionou sobre a fome no concelho. O Sr. Presidente refere que o Partido Socialista fala sempre assim, parece ser um drama, ele próprio tem a consciência que existem dificuldades mas, também sabe o que lhes é solicitado assim como aos outros parceiros sociais, hoje em dia há uma rede que está a funcionar bastante bem, que identificam os casos previamente não estão à espera que eles aconteçam. Continua dizendo que a Câmara não se limita só a dar alimentos, pelos menos houve já duas vezes em que se criaram cursos para ensinar as pessoas a cozinhar, porque infelizmente há pessoas que passam muitas necessidades e dificuldades por não terem orientação, o que teve efeitos, tal como nos bairros sociais para melhorar a postura das pessoas. Quanto aos impostos, o Sr. Presidente cita que na vida há alturas em que se deve fazer opções que por vezes não são fáceis. No passado, a opção foi não fazer a atualização tarifária, o resultado foi aumentar a dívida, referiu os empréstimos que foram contraídos desde 2001 a 2009. Referiu também que o atual Executivo contraiu um só de setecentos mil euros quando chegaram à Câmara para pagar os ordenados de Dezembro de 2009 mas, foi pago no próprio ano, ou então ficavam a dever a fornecedores. Continuou dizendo que, quem gasta água e saneamento tem de pagar e, neste momento as pessoas estão a excluir o saneamento precisamente porque tem de o pagar. A fatura do saneamento é aquela que é mais certa de todas, enquanto que a da água ainda se consegue fugir com as captações, dos depósitos e minas. Não é fácil porque o ERSAR cada vez aperta mais. Neste momento o Estado é uma máquina em que as Câmaras fazem parte dela, há capacidade para sobreviver uns meses sem Estado Central mas, essa capacidade acaba. Há em cima da mesa a hipótese de uma redução para as Câmaras de 15% das transferências do Estado, se isso acontecer, as Câmaras não conseguem manter a atual estrutura dos serviços, tendo de se desistir de alguma coisa.

**O Sr. Deputado Soares Pereira** pediu esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de lhes esclarecer o que se já tinha sido afirmado anteriormente sobre os impostos que foram lançados pela Câmara Municipal sendo esta a responsável pelo seu lançamento, assim como não foram reduzidos impostos responsáveis por fixar taxas e também para explicar os 4,6 milhões de euros que transitaram para o exercício seguinte e que não estão refletidos como prejuízo neste exercício.

**O Sr. Deputado José António Nogueira** também para pedir esclarecimentos ao Sr. Presidente mas, em primeiro lugar questionou a Mesa se o Sr. Presidente da Câmara podia falar de tudo e mais alguma coisa que não estivesse relacionado com o tema, ou se vai manter esse critério para o resto dos Srs Deputados, dentro de um princípio de equidade. De imediato o Sr. Presidente da Mesa respondeu-lhe que, como já não era a primeira vez que fazia essa pergunta, a resposta é a mesma, desde que esteja enquadrado naquilo que está a ser discutido naturalmente não será



questionada a sua intervenção. O Sr. Deputado José António Nogueira, continua dizendo que, então, falará de tudo e mais alguma coisa e, no final dar-lhe-a o respetivo enquadramento. Quanto ao esclarecimento as perguntas que, na sua opinião valem para tudo: é ou não, demagogia dizer que o veículo utilizado pela Presidência da Câmara Municipal não custou nada? É ou não demagogia que ele não custou alguma coisa? -Porque quando se elabora um caderno de encargos, quem concorre sabe que vai ter esse preço; neste sentido, ou o privado decide oferecer se estava fora do caderno de encargos ou se, efetivamente estava lá, quem concorria tinha que ao oferecer o valor, pagar esse preço.

**O Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer, dizendo que num concurso de dois, cinco milhões de euros o ter uma rubrica qualquer de vinte e cinco ou trinta mil euros é zero, quer esteja lá ou não, o preço base é o mesmo, ou seja, é o expediente que se usa há muitos anos para se poder melhorar, neste caso o parque automóvel da Câmara que, não é só a Presidência. Porque o carro da Presidência avariava sistematicamente e, como o Sr. Presidente não tem motorista ninguém lhe agradece mais por isso, também não tem ajudas de custos nem horas extraordinárias, havendo limites. Para o Sr. Presidente foi uma boa opção e quando forem renegociar o contrato, vão fazer a mesma coisa, virá uma viatura Picup para o Sr. Vereador Manuel Lopes ir ao Domingo de manhã ver as obras nas freguesias.

Quanto aos impostos, este Município é o que tem a derrama e o IMI mais baixa e, se o IMI der uma receita acima do que está orçamentado, vão criar-se isenções em sede de IMI e irá avançar-se para uma bonificação em sede de IRS, como já acontece noutros Municípios, se houver garantias que esse dinheiro não tenha de ir para redução da dívida. Quanto à passagem para o exercício seguinte, o Sr. Presidente refere que o passivo da Câmara é composto por passivo médio curto prazo, médio longo prazo, fornecedores e banco. Houve uma redução em quatro milhões de euros e o resto do empréstimo do BPI foi utilizado no final do ano quatrocentos mil euros. A ideia de que o passivo aumentou, está errada, não faz qualquer sentido. Existe uma conta da DGAL em que todos os subsídios que se obtiveram vão para essa conta e, só são libertos à medida em que os equipamentos são amortizados, porque a qualquer altura os fundos comunitários podem pedir a devolução da verba, por conseguinte, o quadro que é apresentado, é de rubricas em trânsito, não tem qualquer encargo para o Município.

Colocado à votação, num universo de **28 votantes**, registaram-se; **3 votos contra**, **1 abstenções** e **24 a favor**. *Aprovado por Maioria.....*

Seguiu-se a leitura pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Mário Rui Pinto de Oliveira** da **Ata em Minuta**, que submetida à votação, num universo de **28 votantes**, registou: **0 votos contra**; **0 abstenções**; e **28 votos a favor**. *Aprovada por Unanimidade.....*

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pela funcionária que a redigiu.

**O Presidente da Assembleia Municipal**

**A Secretária de Apoio à Assembleia Municipal**

-----  
(Alberto Luís de Oliveira Vilas)

-----  
(Ana Cristina A. Alves Cerqueira)